

L E I Nº 762/69

Data : 09 de abril de 1969.

Súmula: Aprova tabela de vencimentos dos funcionários do Quadro Permanente e dá outras providências.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1º - Fica aprovada a Tabela de Vencimentos do Pessoal do Quadro Permanente desta Prefeitura, a qual entrará em vigor a partir de 1º de fevereiro de 1969.

NÍVEL	SALÁRIO MÍNIMO
1	1
2 1-1/4	1
3 1-1/2	1
4	2
5 2/12	2
6	3
7 3-1/2	3
8	4
9 4-1/2	4
10	5
11	6
12	6
13 6-1/2	6
14	7
15 7-1/2	7

Artigo 2º - Fica aprovada ainda a tabela de funções gratificadas da Prefeitura, a qual servirá para determinar os honorários ou vencimentos do pessoal que exerça cargos em comissão.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

FG 1 1/4 do salário mínimo

FG 2 ½ do salário mínimo

FG 3 ¾ do salário mínimo

FG 4 1 salário mínimo

FG 5 1 -1/4

FG 6 1 1/2

FG 7 1 -3/4

FG 8 2

FG 9 2 -1/4

FG 10 2 - 1/2

FG 11 2 -3/4

FG 12 3

FG 13 3 - 1/2

FG 14 4

FG 15 4 -1/2

Artigo 3º- Fica elevado de NCr\$ 3,00 para NCr\$ 8,00 o benefício “salário família” por dependente, dos funcionários do Quadro Permanente.

Artigo 4º - Toda vez que forem revistos os níveis do salário mínimo regional, serão reajustados, automaticamente, os vencimentos do funcionalismo municipal, na mesma percentagem.

Artigo 5º - O Poder Executivo deverá providenciar o enquadramento dos funcionários nas tabelas constantes da presente Lei, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de sua publicação, usando o critério que virá expresso no regulamento desta Lei, e que será baixado oportunamente.

Artigo 6º - É obrigatória a remuneração extraordinária a funcionário que prolongue sua jornada de serviço além do turno normal, e essa remuneração será calculada proporcionalmente às horas trabalhadas a mais, com os acréscimos determinados por lei específica.

Artigo 7º - O funcionário do Quadro Permanente que exerce outra função além daquela que determina seu nível funcional, receberá, também gratificação pelo desempenho da função extra, cuja gratificação, todavia, não poderá ultrapassar 1/3 (um terço) de seus vencimentos fixos.

Artigo 8º - O cargo de Oficial de Gabinete, por ser de natureza transitória, será exercido em comissão.

Artigo 9º - O cargo de advogado, deverá ser exercido por um bacharel que, de preferência, resida nesta cidade, preencha todas as exigências

de lei e não tenha qualquer incompatibilidade quanto ao desempenho desse cargo como funcionário do Quadro Permanente, caso contrário, a contratação será feita pelo sistema de serviços prestados e os honorários respectivos serão determinados por critério do Poder Executivo, observadas as bases regionais para remuneração desse mister.

Artigo 10 – O cargo de engenheiro, será exercido por pessoa legalmente habilitada para tal, mediante a apresentação do diploma respectivo e prova de registro do mesmo no CREA do Paraná.

Parágrafo Único – O cargo de que trata este artigo, somente será exercido por profissional admitido como funcionários do Quadro Permanente, se esse funcionário dispensar tempo integral ao desempenho dessa tarefa, caso contrário deverá ser exercido em comissão.

Artigo 11 – O Poder Executivo, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação desta Lei, nomeará uma comissão de Estudos e Reestruturação do Funcionalismo Municipal, que, num prazo de até trinta (30) dias, após constituída, lhe fornecerá, por relatório, todos os dados, informes e situações que possam, a seu ver, constituir o sistema pelo qual, aplicando o máximo de justiça e equidade, possibilite ao Executivo determinar o critério de enquadramento de funcionários municipais nas tabelas constantes desta Lei, bem como processar as futuras elevações de níveis funcionais.

Artigo 12 – Esta Lei vigorará a partir de 1º de fevereiro de 1969, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em 09 de abril de 1969.

Osmar Ortega
Oficial administrativo

Luiz Meneghel
Prefeito Municipal